

## **Diva pop da política brasileira: Erika Hilton e os contrafluxos da diferença**

Mariana Ramalho Procópio Xavier e  
Maurício João Vieira Filho

**Mariana Ramalho Procópio Xavier**

Universidade Federal de Viçosa – Viçosa, MG, Brasil

E-mail: [mariana.procopio@ufv.br](mailto:mariana.procopio@ufv.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9661-5883>

**Maurício João Vieira Filho**

Universidade Federal de Lavras – Lavras, MG, Brasil

E-mail: [mauricio.vieira@ufla.br](mailto:mauricio.vieira@ufla.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9638-7390>

**Resumo:** No mesmo país em que imperam recordes de mortes de pessoas trans no mundo, Erika Hilton é a primeira mulher travesti negra a ser eleita como deputada federal. Neste trabalho, discutimos como a imagem de uma diva pop opera no fazer político de Erika Hilton como uma estratégia discursiva e política. Embasados pelo conceito de regionalidades como contrafluxo da diferença para uma leitura do fenômeno, avançamos por uma perspectiva discursiva com vistas a entender a construção do ethos de diva pop da política brasileira a partir de materiais audiovisuais nos quais Erika Hilton aparece como entrevistada. Como resultados, percebemos que Erika Hilton fricciona um fazer político canônico marcado em representações distanciadas das pessoas. Por meio da glamorização, ela gera aproximação com públicos e redefine o espaço político. Além disso, seu corpo, alvo obstinado de violências na sociedade e entre os deputados, produz identificação e representatividade.

**Palavras-chave:** Erika Hilton; ethos; diva pop; diferença; política brasileira.

Artigo recebido em 30 mar. 2025 e aprovado para publicação em 15 de setembro de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2026.18.43.10636>

## The pop diva of Brazilian politics: Erika Hilton and the counterflows of difference

**Abstract:** In the same country that holds the world's highest number of trans deaths, Erika Hilton is the first Black travesti woman elected as a federal deputy. This article examines how the image of a pop diva operates in Erika Hilton's political practice as both a discursive and political strategy. Drawing on the concept of regionalities as counterflows of difference, we adopt a discursive perspective to analyze the construction of the ethos of a pop diva in Brazilian politics, based on audiovisual materials in which Erika Hilton appears as an interviewee. Our findings indicate that Hilton disrupts a canonical mode of political practice marked by representations distant from everyday people. Through glamorization, she fosters proximity with audiences and redefines political space. Furthermore, her body – a persistent target of violence in society and within parliament – produces identification and representativeness.

**Keywords:** Erika Hilton; ethos; pop diva; difference; Brazilian politics.

## La diva pop de la política brasileña: Erika Hilton y los contraflujos de la diferencia

**Resumen:** En el mismo país en el que se registra el mayor número de muertes de personas trans en el mundo, Erika Hilton es la primera mujer travesti negra elegida diputada federal. En este artículo analizamos cómo la imagen de diva pop opera en el quehacer político de Erika Hilton como estrategia discursiva y política. A partir del concepto de regionalidades como contracorrientes de la diferencia, avanzamos desde una perspectiva discursiva para comprender la construcción del ethos de una diva pop en la política brasileña, a partir de materiales audiovisuales en los que Erika Hilton aparece como entrevistada. Como resultado, observamos que Hilton tensiona una práctica política canónica marcada por representaciones distanciadas de las personas. A través del glamour, acerca al público y redefine el espacio político. Además, su cuerpo, blanco persistente de violencias en la sociedad y entre los diputados, produce identificación y representatividad.

**Palabras clave:** Erika Hilton; ethos; diva pop; diferencia; política brasileña.

## Introdução<sup>1</sup>

Em 2023, Erika Hilton toma posse como deputada federal após disputar a eleição e receber mais de 250 mil votos. Essa conquista inédita faz com que seja a primeira vez que o Congresso Nacional tenha a atuação de representantes trans – junto à Erika Hilton, Duda Salabert também foi eleita para o cargo no mesmo período de mandato. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que houve essa mudança no espaço da política institucional, dominado por homens cisgêneros e heterossexuais, o Brasil permanece na liderança dos países mais transfóbicos. Em 2023, é a 15ª vez consecutiva que o país é considerado o que mais mata pessoas trans e travestis, tendo 145 assassinatos registrados nesse ano, um aumento de 10% em relação ao ano anterior (Benevides, 2024). Esses dados coletados e compilados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (Antra) evidenciam que, nesse ano, a “politilização da transfobia e a reorganização do ecossistema antigênero por agentes antitrans” (Benevides, 2024, p. 12) intensificaram as violências em um cenário de ódio insuflado por narrativas antidemocráticas que visam alocar pessoas trans e travestis como uma ameaça social.

Nesse imperativo das violências, a política brasileira está em uma esteira de constantes disputas públicas pela retirada das questões de gênero e sexualidade das pautas de direitos e de tentativas de avanços conservadores e morais visados por bancadas fundamentalistas e de alinhamento à extrema-direita política, em aberturas arregimentadas com maior força durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro. Quando questionada por Will Paranhos (2023) sobre como legislar ao lado de deputados com histórico LGBTfóbico, Erika Hilton responde que a estratégia a ser adotada é o diálogo juntamente ao confronto, à denúncia e à resistência com vistas a gerar uma mobilização capaz de colocar em questionamento às pautas conservadoras em circulação pelo parlamento.

Além das estratégias de ordem prática no cotidiano parlamentar, Erika Hilton tem assumido uma construção de imagem que se atrela aos processos de divatização de artistas da cultura pop. Conforme propõe o pensamento de Linda Lister (2020), a divatização se refere a um processo de empoderamento feminino e à devoção dos fãs, principalmente com cantoras do circuito pop da indústria musical, cujo impulso se dá com os cultos às celebridades em um contexto de midiatização. Trata-se, também, do desejo de os fãs se parecerem com uma celebridade, copiando-a e reproduzindo comportamentos, vestuários e tendências, assim como um endeusamento para adorá-la e acompanhá-la nas mídias e nos espaços presenciais. Por essa apreensão, apostamos que se tornar uma diva pop vai muito além da glamorização que a contorna e que é insuflada pela própria indústria cultural, mas envolve a complexidade de jogos estratégicos para ressignificação de si e de busca por apoios e admiração.

Embora, a priori, a relação entre uma diva pop e a política possa parecer incabível pelas regras e normatizações que guiam os espaços institucionais da política no Brasil, um avanço teórico-reflexivo proposto pelas perspectivas de Luís Mauro Sá Martino e Ângela Cristina Salgueiro Marques (2022) aponta para o amalgamento entre política, mídias, entretenimento e cultura pop em uma relação conjunta.

<sup>1</sup> Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como resumo expandido no 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom. Propomos o artigo completo com avanços da pesquisa e discussões teórico-metodológicas aprofundadas para este dossiê.

Segundo os pesquisadores afirmam, “a política aprendeu a linguagem da mídia, e o entretenimento percebeu seu potencial para tratar temas sociais e políticos. Cultura pop e entretenimento não são apenas uma forma de *expressão* política; também são modos de *fazer* política” (Martino; Marques, 2022, p. 17, grifo dos autores). Dessa forma, atualizam-se as linguagens e os sentidos do/no campo político, abrindo caminhos que, até então, pareciam estar inconciliáveis.

Nesse sentido, o objetivo do artigo é discutir como a imagem de uma diva pop opera no fazer político de Erika Hilton como uma estratégia discursiva e política. Embasados pelo conceito de regionalidades como contrafluxo da diferença (Mafra; Generoso; Procópio, 2023) para uma leitura do fenômeno comunicacional, avançamos por uma perspectiva discursiva com vistas a entender a construção do ethos de diva pop da política brasileira a partir de materiais audiovisuais nos quais Erika Hilton aparece como entrevistada. Partimos do entendimento de que a diferença é aquilo que tanto nos constitui quanto nos distancia, sendo que, pela linguagem, é possível compreender processualidades, restrições e potencialidades desenvolvidas discursivamente nos processos de construção de sentidos, assim como os arranjos como uma relação de poder definidora e normalizadora do mundo.

A partir das contribuições dos estudos discursivos sobre ethos, categoria sócio-discursiva que permite identificar os modos de construir imagens para si por meio do discurso (Charaudeau, 2011; Maingueneau, 2008), nosso corpus é formado por três entrevistas concedidas por Erika Hilton, listadas abaixo<sup>2</sup>, que foram escolhidas fundamentalmente por serem produções audiovisuais nas quais a tematização da vida forma o elo central das perguntas direcionadas à entrevistada, sendo que, em um momento ou outro, há apontamentos sobre a diva pop e a convocação para a construção de si no espaço legislativo:

1) Entrevista concedida ao “Acessíveis Cast”, podcast gravado em formato audiovisual e publicado no YouTube, com ancoragem de MariMoon e Titi Müller, em 30 de novembro de 2023 (Acessíveis Cast, 2023). Total de visualizações: 50 mil; 5,1 mil reações “gostei”, 7 “não gostei”.

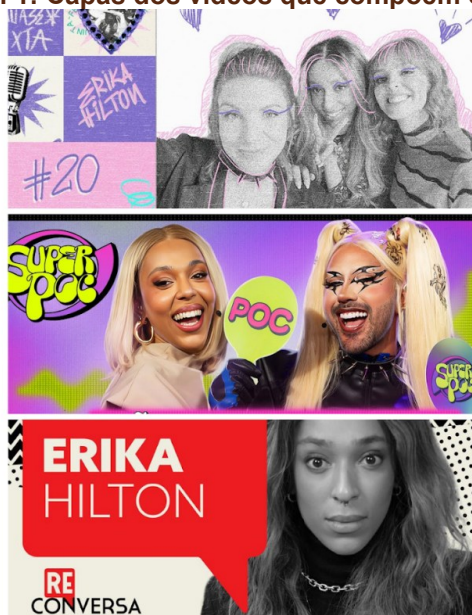
2) Entrevista no programa “SuperPoc”, transmitida ao vivo e publicada no YouTube, com apresentação de Samira Close, em 24 de maio de 2024 (Close, 2024). Total de visualizações: 328 mil; 37 mil reações “gostei”, 72 “não gostei”.

3) Entrevista no programa “Reconversa”, publicada em trechos no YouTube em 4 de junho de 2024, um ano depois de ser concedida (Azevedo, 2024). Total de visualizações: 132 mil; 17 mil reações “gostei”, 735 “não gostei”.

---

<sup>2</sup> Todos os dados referentes às visualizações e às reações dos internautas na plataforma se referem ao dia 13 de junho de 2024. A tendência das métricas é aumentar conforme o decorrer do tempo, sobretudo quando envolve personalidades em ascensão como Erika Hilton.

**Imagem 1: Capas dos vídeos que compõem o corpus**



**Fonte:** Acessível Cast (2023), Azevedo (2024) e (Close, 2024).

Dessa forma, o artigo se estrutura em torno de três seções com o propósito de alcançar o objetivo supracitado. A primeira parte apresenta uma discussão teórica, embasada pelos estudos discursivos, sobre a política e os procedimentos de definição estratégica para construir uma imagem pública. Em seguida, caminhamos pelos aportes da divatização e da cultura pop, entendendo-os como operadores capazes de regular midiaticamente figuras públicas e, em específico, pensando os contrafluxos acionados ao operar no âmbito político. Em terceiro, seguimos para as análises do corpus com base na categoria do ethos (Charaudeau, 2011; Maingueneau, 2008).

### **Política brasileira, discurso político e constituição de uma imagem de si**

Como Luis Felipe Miguel e Flávia Biroli (2014) argumentam ao pensar as lutas feministas e o desenvolvimento da política, o Brasil é um país cujas desigualdades estão arraigadas na matriz sociocultural. Por esse motivo, devemos considerar as relações de gênero e suas constituições em toda sociedade, uma vez que são norteadoras de experiências, significações e modos de se relacionar. Ao aproximarmos do âmbito institucional da política brasileira, notamos a dominação masculina em prevalência ao longo dos anos, isto é, consolida-se, por exemplo, um espaço parlamentar composto, em maioria, por homens cisgêneros e heterossexuais, que se tornam os responsáveis por pautar e discutir questões ligadas aos direitos e à vida da população.

Para se ter como dimensão, a Câmara dos Deputados do Brasil é o espaço legislativo com maior número de homens em toda a América do Sul. Conforme reportagem do jornal “Folha de S. Paulo”, esse levantamento evidencia a maior desigualdade de gênero entre os países da América do Sul: “Atualmente, apenas 17,5% das vagas nessa Casa legislativa brasileira são ocupadas por mulheres, menos da metade da proporção registrada na Bolívia, no Equador e na Argentina” (Santos; Pretto, 2024, s/p.). Além disso,

a média de idade é de 51 anos, o que coloca a Câmara como a segunda entre os países com parlamentares com idade mais elevada.

Embora haja uma modificação do cenário com o alcance das mulheres aos cargos políticos, sendo que, somente em 2010, tivemos a primeira mulher presidenta do país – que foi deposta em um processo golpista de impeachment arraigadamente misógino –, “a decisão sobre leis e políticas que afetam diretamente as mulheres é feita no Brasil, ainda hoje e como foi ao longo de toda a nossa história, por homens” (Biroli; Miguel, 2014, p. 12-13). Em contextos machistas, patriarcais e LGBTfóbicos, como ainda é a organização sociopolítica do Brasil, a reiteração dos espaços de poder a homens a cujos históricos de vida política remetem à ocupação contínua de cargos públicos reforça um conjunto de desigualdades sociais e de violências no cotidiano<sup>3</sup>.

Quando nos atentamos ao contexto brasileiro mais recente a partir da década de 2010, observamos a predominância de questões de ordem moral e conservadora adquirindo fôlego na trama política, por meio de discursos que tentam deslegitimar a conquista de direitos humanos e de diminuir a importância das questões dos corpos e das diferenças na sociedade. Em especial,

o Brasil vive um período histórico singular e complexo a cujas características remontam ao passado, quando constatamos os empreendimentos morais que se despontam nos ataques políticos, enquanto mobilizamos e unimos para insurgir e fazer frente ao conservadorismo moral que tenta eliminar corpos marginalizados socialmente (Vieira Filho; Procópio, 2023, p. 275).

Nesse contexto, Renan Quinalha (2022) salienta que uma política moral e sexual em operação com centralidade nesse amálgama de conservadorismo e violência se dá por meio da mobilização discursiva da reiteração da heterossexualidade, da família patriarcal e da defesa cristã como padrões culturais. Trata-se de um backlash – reação contrária em resposta à agenda de direitos pautada para as minorias sociais (Cerqueira; Bueno, 2024) – que reintroduziu a expressão “ideologia de gênero” na sociedade com o objetivo de impedir o debate público e político para as questões dos corpos, das identidades e das vidas dissidentes de gênero e sexualidade. Mais ainda, ao criar um pânico moral, sujeitos e organizações envolvidos diretamente nessa seara de excitação ao conservadorismo e à violência se projetam como norteadores e ideais da condução política do país (Miskolci, 2021). Para operar essa ação orquestrada, eles se valem, sobretudo, dos espaços midiáticos e plataformizados, jogando com as aberturas e o angariamento de possíveis eleitorados atraídos pelas tematizações agendadas por eles e por discursos que se ligam à moralidade. Essa constatação vai ao encontro da centralidade das mídias nas tramas e nas estratégias políticas, isto é,

<sup>3</sup> De acordo com a publicação do “Atlas da Violência 2024”, importante instrumento de compilação de dados sobre violência no Brasil, o país registrou 46.409 homicídios em 2022, número que pode ser maior em razão das subnotificações, podendo chegar à estimativa de 52.391 vítimas. Em relação aos registros de casos de violência contra mulher, 221.240 mulheres foram vítimas, sendo que a maioria dos registros se refere à violência doméstica e intrafamiliar e, especificamente, 58,2% são mulheres negras. As violências contra pessoas LGBTQIA+ fizeram 8.028 vítimas (Cerqueira; Bueno, 2024). Diante de dados como esses, que, provavelmente, são maiores pelas subnotificações, observamos um contexto de violências que se espalha pelo cotidiano, evidenciando uma urgência por medidas de atenção, segurança e políticas públicas.

a mídia sempre foi uma parte crucial do processo político, em democracias, mas também em tiranias, pois a disseminação e administração da informação são, por sua vez, parte crucial da administração de um Estado nacional; e a criação e a administração da cidadania dependem, por sua vez, da informação e da comunicação eficazes dentro de governos, em meio aos governados, como também entre eles (Silverstone, 2002, p. 268).

Para obter êxito e se consolidar em espaços mediatizados e plataformizados, o discurso político, independentemente do cargo ocupado ou almejado pelo sujeito, deve ser capaz de elaborar uma imagem de confiança e credibilidade nas interações com os interlocutores (Charaudeau, 2011). Trata-se, então, de uma aposta comunicacional que pode refletir na conquista do eleitor e/ou apoiador, mas também pode ir por um rumo oposto e atingir a rejeição. Para tanto, cabe a articulação de estratégias discursivas, haja vista que o *ethos* – a imagem de si que emerge nos discursos – depende de uma reciprocidade, ou seja, uma via de mão dupla entre político e interlocutores, porém está fadado às possibilidades de fracasso ou de sucesso diante das pessoas.

Segundo Patrick Charaudeau (2011) enfatiza, os discursos políticos, sobretudo de lideranças como presidentes e parlamentares, visam ratificar ações de gestão para serem consideradas confiáveis e legítimas frente à sociedade. Por legitimidade, o linguista considera o poder instituído para falar e ser ouvido, ou seja, a partir do cargo conferido, o sujeito adquire um direito de enunciar e, sucessivamente, de ser ouvido pelas pessoas, o que nos leva a entender também a credibilidade como um estatuto em permanente construção nas imagens almejadas politicamente. Mais ainda, a legitimidade se funda em um processo de reconhecimento por outrem para desenvolver ações e alcançar finalidades (Charaudeau, 2016). Logo, o político precisa manter coerência em práticas e falas, mantendo-se convincente e credível ao público que deseja consolidar ou conquistar. Juntamente a essa consideração, em outro texto, Patrick Charaudeau (2016, p. 10) realça que, “num regime democrático, a vida política reside numa conquista da opinião pública”, pois a persuasão ocorre por meio da linguagem. Essas considerações exigem diferenciar legitimidade e autoridade, visto que não são sinônimas, sendo que “a legitimidade se apoia num reconhecimento e numa crença coletiva” (Charaudeau, 2016, p. 15), enquanto a autoridade é da ordem de possuir habilidades para fazer e exercer poder.

A imagem que um orador constrói de si para influenciar o seu público (*ethos*) e gerar certas impressões ocorre por meio da linguagem, sendo que não se restringe apenas ao que aquela pessoa é, mas também ao que deseja ser compreendido pelo outro (Charaudeau, 2011; Maingueneau, 2008). Esse processo interacional depende de uma troca, chamada por Patrick Charaudeau (2011, p. 115) de “cruzamento de olhares” entre orador e público, que se converge nos processos de construção de si. Nessa toada, o *ethos* é um procedimento que envolve necessariamente a interação e a influência, mediante a situacionalidade em que se desdobra (Maingueneau, 2008).

Entretanto, antes mesmo de qualquer enunciação, existe um *ethos* prévio ou pré-discursivo concebido a partir de informações precedentes sobre aquele orador, que impactam diretamente na imagem percebida e na consolidação (ou não) das estratégias discursivas (Charaudeau; Maingueneau, 2008). Por outras palavras, esse *ethos* anterior depende de outros discursos e elementos precedentes,

como representações, marcadores sociais da diferença, valores morais, aparições públicas, entre outros, que, conforme Mariana Procópio (2023) acentua, podem ou não ser reiterados discursivamente no ethos.

Para a visada discursiva de Dominique Maingueneau (2008, p. 220, grifos dos autores), a corporalidade e o caráter são partes integrantes dos efeitos do ethos, pois os movimentos no espaço social são importantes para o comportamento e a dimensão física e psíquica. Com isso, “o enunciador deve delimitar seu dizer: em seu discurso, ele se atribui uma posição institucional e marca sua relação a um saber. No entanto, ele não se manifesta somente como um papel e um estatuto, ele se deixa apreender também como *uma voz e um corpo*”.

Assim, esse processo de construção que se dá no discurso envolve aspectos do corpo. Mariana Procópio (2023, p. 5) interpreta, a partir das considerações do linguista, que, “a todo texto, corresponde uma voz indissociável de um corpo enunciante, historicamente especificado”, de tal maneira que o caráter se volta aos traços psicológicos e a corporalidade à constituição física e ao vestir-se.

### **Divatização e processualidades de empoderamento na cultura pop**

Envolvidos pela dimensão corporal que fundamenta parte do processo de construção da imagem de si nos discursos, avançamos para o desenvolvimento de uma imagem de diva pop. Ser considerada uma diva vai além do estatuto atribuído pela fascinação em torno das indumentárias, das grifes e das marcas luxuosas que a envolve e dos retornos altamente lucrativos que conquista na indústria cultural. Ser uma diva pop passa necessariamente por um processo de reconhecimento e de atribuição outorgado pelos fãs e admiradores de uma figura celebrizada. Esse fenômeno pode ser conceitualizado como divatização (Lister, 2020) e diz respeito a um conjunto de procedimentos que envolve uma relação entre artista, fãs e fã-clubes.

De acordo com o dicionário de gírias inglesas “Urban Dictionary”, o termo “divatized”, cuja tradução mais próxima ao português poderia consistir no neologismo “divatizada”, refere-se ao comportamento de uma pessoa como uma diva, mesmo sem ter os elementos necessários para esse feito. No exemplo do dicionário, seria o caso de uma pessoa que usa um casaco de pele se comportando como uma diva. Essa definição, embora questionável, sugere-nos que o processo de se tornar uma diva pode ocorrer de diferentes formas na vida. Além disso, diva passa a ser um estatuto de sucesso, reconhecimento ou qualidade para alguém que deseja emular (White, 2012).

Esse fenômeno tem uma característica atrelada às mídias. Nas palavras de Linda Lister (2020, p. 122), “a proliferação da adoração à diva pode ser devida, em grande parte, ao culto à celebridade que domina a sociedade contemporânea”. Isso ocorre, fundamentalmente, pelas lógicas de autoexibição da contemporaneidade, em que somos impelidos cada vez mais a exposição das intimidades, ou extimidade, tal como propõe Paula Sibilia (2015), em meio à balização da vida em diferentes espaços midiáticos e plataformizados. As celebridades são tidas como exemplos para a vida social pela mostraçã das subjetividades e se tornam deificadas pelas pessoas que as acompanham em uma tentativa de busca por reconhecimento, fama ou proximidade. Para Linda Lister (2020), a construção da diva só ocorre com as cantoras ao serem idolatradas, mas acreditamos que uma mulher pode ser divatizada independentemente

de estar na carreira artística-musical, se tiver fama nas mídias contemporâneas e unir um conjunto de características consideradas pela pesquisadora: estabelecer uma necessidade dos fãs em copiar e se parecer com a celebridade e ter o endeusamento dado por eles, seja como forma de exaltação pública, seja como uma adoração próxima à veneração daquela imagem como se fosse uma divindade.

Válido considerar que diva já foi um termo envolvido por outras dimensões semânticas, como o percurso historicizante de Linda Lister (2020) sugere, passando pelas prima-donnas dos concertos de ópera, que possuíam uma qualidade vocal inquestionável capaz de colocá-las em uma posição de reconhecimento, depois pelas artistas da indústria musical do século XX, que revolucionaram o modo de performar na cultura pop, até chegar a virada do século e envolver dimensões físicas e simbólicas capazes de tornar uma artista em sinônimo de reverência. Em específico sobre essa última fase, uma das características se refere ao empoderamento feminino, visto, sobretudo, a ascensão do festival Lilith Fair, promovido pela cantora Sarah McLachlan, apenas para cantoras (Lister, 2020). Apostamos que essa projeção do empoderamento, impulsionada com mais ênfase pelos movimentos feministas contemporâneos da terceira e quarta onda e de maior destaque nos espaços midiáticos, seja uma faceta fundamental para o fortalecimento das mulheres não apenas na indústria musical, mas em qualquer segmento, incluindo a política institucional: “Desta forma, enquanto a sociedade continuar a abraçar o empoderamento feminino, a deificação da diva irá, sem dúvida, prosperar, dado que a adoração da diva parece liberar tanto as divas quanto o adorador” (Lister, 2020, p. 122).

### **Erika Hilton e o discurso para ser uma diva pop na política brasileira**

Mediante essas breves considerações teórico-metodológicas sobre o conceito de ethos e de divatização, parece-nos que, a partir do corpus analisado, há uma relação direta investida na busca por tornar-se uma diva na/da política. Em alguma medida, a figura da diva pop em um espaço não convencional para sua atuação desloca e tensiona as configurações estabilizadas para os atos legislativos poderem transcorrer e traz outra imagem para esse espaço com figurinos e produções elaboradas, postura e retórica, maquiagem e cabelo produzido. Erika Hilton se enquadra nessa construção corporal com a glamorização e a elegância por meio de um alinhamento com a moda, assim como pela eloquência nos discursos e posicionamentos proferidos tanto no legislativo quanto nas mídias e nas redes sociais digitais.

No corpus analisado, a presença de Erika Hilton ocorre em podcasts e programas realizados em formato audiovisual na/para a internet, tendo em vista o público almejado ser predominantemente composto por jovens. Apresentada como “diva pop da política brasileira” (Acessível Cast, 2023) na abertura do podcast “Acessíveis”, não é à toa que, em diferentes momentos de suas entrevistas, ela menciona as pessoas que a admiram nesse lugar político-institucional e diz quais são as estratégias mobilizadas para atrair um público tido como distante da política brasileira. Nessa entrevista, ela diz: “quem me acompanha hoje, na sua grande massa de manobra, são os jovens. Eu tenho uma parcela, a juventude me ama, os jovens me amam, eles choram, eles param no shopping, nas ruas, eles gritam, eles querem foto, eles fazem um auê” (Acessível Cast, 2023). Cabe destacar que atrair o público mais

jovem para a política é uma estratégia de engajamento e interesse que pode, além de torná-lo eleitor, fazê-lo disseminador de ideias e ideologias progressistas. Ademais, o capricho na produção dos figurinos e das maquiagens compõe um elemento cênico capaz de chamar atenção de quem a assiste.

A conceitualização de regionalidades nos auxilia no entendimento da emergência de contrafluxos que vêm da diferença (Mafra; Generoso; Procópio, 2023). Queremos dizer, à luz das regionalidades, que Erika Hilton representa um tensionamento naquele espaço, por ser uma mulher travesti negra, cujo corpo é alvo obstinado de violências na sociedade e entre os próprios deputados federais, por meio de insultos e preconceitos desferidos em diferentes sessões parlamentares, assim como pela performance e pelo comportamento adotado. Válido trazer em evidência, novamente, os dados do “Atlas da Violência 2024” que apontaram que, “em termos do tipo de violência sofrida, 3.159 pessoas trans e travestis foram vítimas de violência física em 2022. Em 2021 foram 2.391, o que significa um aumento de 32,1%” (Cerqueira; Bueno, 2024, p. 65), sendo que 70,9% dos agressores são homens – índices que tendem a ser mais elevados em razão da falta de mecanismos coercitivos para impedir as violências, pela negligência do Estado e pela escassez nas denúncias pelas vítimas serem desencorajadas a prestar queixa.

O fato de estar ali é representativo, como Erika Hilton destaca, constituindo uma “potência transformadora” (Paranhos, 2023, p. 148). Para além, a emergência de contrafluxos a partir da invocação de uma elaboração do próprio corpo e da performance, tal como de uma diva pop, desloca a centralidade para um fazer político capaz de angariar pessoas distanciadas das lógicas políticas institucionais, mostrando que a política é central para a vida de todas elas, e, também, aproximar-se da centralidade do debate público.

Cabe considerar ainda que a diferença, como afirma Avtar Brah (2006), se ergue com variedade nos discursos, podendo identificar quatro entradas em co-constituição: experiência, relação social, subjetividade, identidade. Tendo por base os *ethé* pré-discursivos – isto é, “a representação da pessoa do locutor anterior a sua tomada de turno” (Charaudeau; Maingueneau, 2008, p. 221) – de Erika Hilton, existe uma possibilidade de pensar as experiências dela atreladas a quem se é, pelas vivências de uma mulher travesti negra, com passados ligados à vulnerabilidade, mas que, hoje, ascende politicamente e tenta se edificar como uma diva pop da política, que conquista fãs/eleitores. Outra correlação são as relações sociais em que narrativas coletivas são compartilhadas e se entrelaçam. Em uma das entrevistas, Erika Hilton destaca como seus fãs LGBTQIA+ – sobretudo os seguidores das redes sociais digitais que acompanham suas aparições midiáticas – a reconhecem em um papel maternal, que representa cuidado e identificação, e de representação para eles na política (Azevedo, 2024). Em relação a uma diferença como subjetividade, notamos uma correspondência com a dimensão psíquica lembrada por Dominique Maingueneau (2008), uma vez que essas dimensões que permitem apreensões sobre posições assumidas socialmente, algo que, nas três entrevistas, percebemos pelas reiteraões discursivas feitas por Erika Hilton para atestar um lugar de diva. Em particular, na entrevista conduzida por Samira Close, na “DiaTV”, em um programa dedicado às divas pop e cujo público é composto por pessoas LGBTQIA+, Erika Hilton diz:

Quando eu brinco que sou uma diva pop com a política, na política, eu tô tentando buscar e despertar exatamente esse sentimento, de uma comunidade que nunca olhou para a política como um ambiente que pertencesse a ela, de uma comunidade que muitas vezes tem ojeriza pela política, pela maneira como ela se desenha e dizer, sabe aquela diva pop que você ama, sabe aquele close que você vê, sabe aquele glow que tem na diva pop, vamos colocar ele na política um pouquinho também, porque a política é sobre a nossa vida, não precisa ser feita de maneira uó, e aí eu tento brincar com esse universo, sem perder a seriedade do que é a política, mas sem perder essa inspiração e essas referências todas que as divas pops, em especial Beyoncé, que é a minha diva pop número um, me dá, me traz, agrega, seja com as fotos, seja com a música, seja com a turnê, seja com... o que é que essa mulher faz? Com os cabelos, com qualquer coisa, bi, ela é perfeita. [Samira Close: cada momento do plenário é um cabelo novo] [...] é uma coisa, é um shine, então... Sim, tem muito disso, tem muito dessa inspiração, dessa força, daquilo que é cantado, daquilo que é falado, daquilo que é projetado através do trabalho que a Beyoncé e outras também, obviamente, promovem sendo mulheres que são nos espaços e com a visibilidade que têm [sic] (Close, 2024).

Parece-nos que Erika Hilton fricciona um fazer político canônico marcado em representações distanciadas das pessoas, seja por meio do linguajar jurídico ou pela sisudez do ambiente, seja pelo desinteresse provocado na sociedade com os descontentamentos em torno dos atores políticos que ocupam os cargos parlamentares. A fricção ao construir discursivamente uma imagem atrelada às divas pop, como a glamorização, a postura e os embates, torna-se um contrafluxo da diferença, seguindo a proposta conceitual das regionalidades (Mafra; Generoso; Procópio, 2023), em que consegue, em alguma medida, se destacar entre as e os parlamentares, mantendo a coerência nas lutas e defesas em prol das conquistas de direitos humanos. Assim, nas três entrevistas, ocorre uma reiteração das divas pop para si na tentativa de edificar discursivamente esse ethos e, consecutivamente, potencializar aberturas para que diferentes pessoas e grupos sociais possam ter a atenção despertada para o campo político.

Na entrevista concedida a Reinaldo Azevedo e Walfrido Warde, além de tematizar esse processo de se tornar uma diva, Erika Hilton evidencia essa relação com seus interlocutores diretos e o modo como essa interação fez com que trabalhasse sua imagem a fim de consolidá-la de uma forma autêntica e, até então, inédita para a política brasileira. A partir da identificação do endeusamento dado às divas pop no contexto da música, ela se vale das estratégias de construção da divatização para se tornar uma diva pop da política brasileira.

Quando me elegi vereadora, eu fui capa da revista Vogue, eu consegui e tenho conseguido, a partir desta ramificação de não ser a política tradicional, dialogar com uma gama de pessoas que talvez eu não dialogaria que são jovens, que são de um outro universo através da moda, através de uma outra linguagem, através de uma outra imagem, através de outras características. E eu vou conversar com esse... Com essa juventude, eu chego até esse público, levada pela capa da revista, levada pela bolsa, por algum outro mecanismo, mas eu tô [sic] falando de política o tempo inteiro e eu tô [sic] conscientizando esse jovem, que, quando ele vai pro [sic] meu Instagram, ele começa então a se perguntar, ele começa a refletir e aí eles começam a me ter como mãe. Se vocês entrarem nos meus comentários da internet, o que você mais vão vê é “para mim você é uma figura materna” e são pessoas de 16, de 17 anos, LGBTs de toda parte do Brasil e eles não me veem apenas como uma figura materna pelo meu discurso empoderado na comissão ou pela minha presença no plenário, eles me veem como uma figura de representação porque eu percebi que a minha comunidade ela precisa de uma diva pop, e a diva pop não pode ser apenas a diva pop da música, diva pop que não está politizada, elas precisam de uma diva pop que pensa, problematiza, provoca e conscientiza porque se eles tiverem uma diva,

uma diva, uma diva pop que os promovam a pensar sobre direitos, sobre uma série de demandas, talvez a gente avance muito mais. Então, eu percebi que isso era um mecanismo importante (Azevedo, 2024).

Desse modo, apostamos que a regionalidade se faz presente justamente pelo deslocamento das centralidades da política brasileira feitas em torno de uma rigidez e de um assentamento em figuras masculinas, conservadoras, cisheterocentradas. O ethos de diva pop tensiona esse contexto. Além disso, estabelece uma relação anterior com os seus interlocutores, consumidores de outras divas tão importantes para a comunidade LGBTQIA+, que é acentuada à medida que entra em cargos de poder político, desde os tempos como vereadora e, atualmente, como deputada federal. Como Luís Mauro Sá Martino e Ângela Cristina Salgueiro Marques (2022, p. 19) elucidam, “estamos mergulhados em um ambiente marcado pela cultura pop. [...] Quando encontramos outras pessoas com preferências semelhantes às nossas, nos sentimos parte de um grupo e temos o sentido de pertencer a algo”. Na política, essa relação não é diferente e ocorre a partir dos vínculos gerados, das identificações e dos processos de compartilhamento de pensamentos comuns entre indivíduos.

### Considerações finais

O Brasil é um país eminentemente violento, como percebemos com os dados divulgados pelo “Atlas da Violência 2024”, que, mesmo com o impacto que esses registros têm, ainda há vítimas que não estão incluídas nos registros institucionais, apontando para um contexto ainda mais enevoado e complexo. Quando pessoas alvo dessas violências cotidianas ocupam espaços de centralidade para o debate de direitos, há uma fricção que muda as lógicas hegemônicas. Erika Hilton nos mostra que ocupar a política brasileira é mais do que estar presente naquele espaço, algo que, por si só, já seria provocador por ser uma mulher trans. Porém, ela vai além, pois se faz ser vista e luta pelos direitos humanos. Com isso, traz visibilidade às pautas historicamente silenciadas por aqueles que estiveram ali por muito tempo dizendo o que pode ou não sobre os outros.

Neste artigo, as discussões apresentadas enfatizaram que a estratégia de se tornar uma diva pop da política brasileira adquire sucesso por ser um contrafluxo da diferença. Por outras palavras, valer-se de roupas, maquiagem e cabelo elaborado para se apresentar publicamente juntamente à adoração de públicos que a veem como mãe, artista e política constitui um modo de atrair cada vez mais olhares para si e suas ações. Consciente dessa estratégia, Erika Hilton tem construído uma imagem para si, sobretudo nas entrevistas mobilizadas nesta pesquisa, que ressignifica e dá outros contornos ao que é política no país. A política institucional é constituída por processos administrativos e técnicos que tentam ordenar os trâmites das atividades legislativas, executivas e judiciárias. Porém, é possível manter a ética e o rigor nesse processo sendo uma diva.

Dessa forma, questões sobre identidade, representatividade e luta se tornam centrais e desafiam cristalizações que imperaram na política do Brasil. Ademais, a relação comunicacional desenvolvida nas entrevistas evidencia a tentativa de cada vez mais angariar pessoas que se sentem não pertencentes à política. Esse modo de fazer política reúne cultura pop e entretenimento (Martino; Marques, 2022), mescla

a preocupação com a construção da imagem pública, concilia os usos dos espaços midiáticos e plataformizados de maneira estratégica como procedimento rotineiro para ser visível em um mundo que a invisibiliza.

## Fonte

ACESSÍVEIS CAST. Erika Hilton – Acessíveis Cast #20. *YouTube*, 30 nov. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/4rvLoZq>. Acesso em: 04 fev. 2026.

AZEVEDO, Reinaldo. Erika Hilton com Reinaldo e Walfrido: O discurso que mata é crime, não é liberdade de expressão. *Reconversa*, 04 jun. 2024). Disponível em: <https://bit.ly/3Md1gAT>. Acesso em: 04 fev. 2026.

CLOSE, Samira. Superpoc: CPI das Divas Pop com Erika Hilton – EP1 | DiaTV. *Superpoc*, 24 maio 2024. Disponível em: <https://abrir.link/PVNHX>. Acesso em: 04 fev. 2026.

## Referências

BENEVIDES, Bruna. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023*. Brasília: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v. 26, p. 329-376, 2006.

CERQUEIRA Daniel; BUENO, Samira (Coords.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. São Paulo: Contexto, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2008.

DWHITE. Divatized. *Urban Dictionary*, 07 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4ruLb8l>. Acesso em: 04 fev. 2026.

LISTER, Linda. Divatização: a deificação das mulheres popstars modernas. In: SOARES, Thiago; LINS, Mariana; MANGABEIRA, Alan (Orgs.). *Divas Pop: o corpo-som das cantoras na cultura midiática*. Belo Horizonte: FAFICH/Selo PPGCOM/UFMG, 2020, p. 111-126.

MAFRA, Rennan Lanna Martins; GENEROSO, Isaura Mourão; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Regionalidades como contrafluxos da diferença em cenários midiáticos contemporâneos: o aparecer estético e discursivo na investigação de contextos organizacionais. In: Encontro Anual da Compós. *Anais...* Campinas: Galoá, 2023, p. 1-20.

MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (Orgs.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 11-29.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. *Política, cultura pop e entretenimento: o improvável encontro que está transformando a democracia contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2022.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.

PARANHOS, William. Travesti não é bagunça! Entrevista com Erika Hilton. *Revista COR LGBTQIA+*, v. 1, n. 4, p. 146-150, 2023.

PROCÓPIO, Mariana Ramalho. O corpo como estratégia política: análises discursivas de publicações de/sobre Manuela D'Ávila nas eleições de 2018. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. *Anais...* São Paulo: Intercom, 2023.

QUINALHA, Renan. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

SANTOS, Natália; PRETTO; Nicholas. Brasil tem a Câmara dos Deputados mais desigual em gênero da América do Sul. *Folha de S. Paulo*, 25 fev. 2024. Disponível em: <https://abrir.link/TGZAJ>. Acesso em: 04 fev. 2026.

SIBILIA, Paula. O universo doméstico na era da extimidade: nas artes, nas mídias e na internet. *Revista Eco-Pós*, v. 18, n. 1, p. 133-147, 2015.

SILVERSTONE, Roger. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Editora Loyola, 2002.

VIEIRA FILHO, Maurício João; PROCÓPIO, Mariana Ramalho. Memórias LGBTQIA+ no Brasil contemporâneo: disputas por silenciar e resistir. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 9, n. 3, p. 256-284, 2023.